

**HABEAS CORPUS Nº 478.122 - SP (2018/0296758-2)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : MARCELO MARTINS FERREIRA  
**ADVOGADO** : MARCELO MARTINS FERREIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP187842  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCELO MARTINS FERREIRA (PRESO)

**DECISÃO**

**MARCELO MARTINS FERREIRA** alega sofrer constrangimento ilegal em face de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2203496-92.2018.8.26.0000.

Consta nos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 (fls. 118-119). Nas razões deste *writ*, a defesa postula o trancamento do processo em virtude da: "a) atipicidade da conduta pela existência de documentos legais que permitem o porte de arma de fogo (artigo 135-A Portaria COLOG); b) falta de justa causa em decorrência de inexistência de laudo da arma de fogo" (fl. 4).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento ou, subsidiariamente, pela denegação do habeas corpus (fls. 248-252).

**Decido.**

O trancamento do processo penal, por meio do habeas corpus, cinge-se às hipóteses de manifesto constrangimento ilegal, perceptível *ictu oculi*, seja por ausência **absoluta** de justa causa, seja pela **inépcia formal** da denúncia, a ponto de comprometer a compreensão da imputação e o exercício da ampla defesa.

Tendo em vista que a denúncia é uma peça processual por meio da qual o órgão acusador submete ao Poder Judiciário o exercício do *jus puniendi*, o legislador estabeleceu alguns requisitos essenciais para a formalização da acusação, a fim de que seja assegurado ao acusado o eskorreito exercício do contraditório e da ampla defesa. Na verdade, a própria higidez da denúncia opera como uma garantia do acusado.

Segundo o disposto no art. 41 do Código de Processo Penal,

"A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas".

Por sua vez, no juízo de admissibilidade da acusação, em grau de cognição superficial e limitado, prevê o art. 395 do CPP:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:  
(Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

I - for manifestamente inepta; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

III - faltar justa causa para o exercício da ação penal.

Logo, a denúncia deve ser recebida se, atendido seu aspecto formal (art. 41, c/c o art. 395, I, do CPP) e identificada a presença tanto dos pressupostos de existência e validade da relação processual quanto das condições para o exercício da ação penal (art. 395, II, do CPP), a peça vier acompanhada de lastro probatório mínimo a amparar a acusação (art. 395, III, do CPP).

No caso, não identifico nenhum fator a ensejar o pretendido encerramento prematuro do Processo n. 0007330-59.2018.8.26.0635, em que ainda não foi proferida sentença.

A inicial acusatória narra que (fls. 118-119):

Consta do anexo inquérito policial que no dia 31 de agosto de 2018, por volta das 19:35 horas, na Rua Ferreira de Araújo, 601, Pinheiros, nesta capital, MARCELO MARTINS FERREIRA, qualificado a fls. 13, portava a arma de fogo "Glock", número BEFY750, calibre 380, sem autorização e em desacordo com determinação regulamentar.

Segundo o apurado, na data dos fatos o denunciado, que possui **apenas o registro daquela pistola de uso permitido e guia de tráfego para o porte de trânsito para sua utilização em treinamentos e competições**, pôs-se a trafegar pelas vias públicas da cidade com a arma de fogo em sua cintura.

Portando aquela pistola e após ingerir bebidas alcoólicas, o denunciado acionou um motorista do aplicativo Uber, de qualificação ignorada, e ingressou no respectivo

veículo onde após discussão de somenos importância, lhe mostrou a arma de fogo que trazia em sua cintura.

Diante disso e temendo por sua integridade, o motorista não identificado abandonou o veículo e, após constatar que o denunciado havia saído do carro para ele nele retornou e deixou o local.

O entrevero foi presenciado por populares que chamaram a polícia que esteve no local onde policiais militares detiveram o denunciado e apreenderam em sua posse a pistola calibre 380.

Ante o exposto, denuncio MARCELO MARTINS FERREIRA como incurso no artigo 14, *caput*, da Lei 10.826/03 [...]

Observo que **foram indicados elementos suficientes**, na exordial acusatória, para permitir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Com efeito, a descrição exposta mostra que **o paciente estaria supostamente transitando em via pública, portando arma de fogo sem autorização** e em desacordo com determinação regulamentar, quando houve o entrevero com o motorista de Uber, presenciado por populares que chamaram a polícia ao local.

Ressalto que a análise da tese de atipicidade da conduta, pela alegação de existência de documentos legais que apenas autorizam o porte de arma de fogo ao paciente no trânsito para sua utilização em treinamentos e competições, demandaria necessária dilação probatória, providência não admitida no *writ*.

Por fim, não há que se falar em ausência de justa causa por ausência de laudo, visto ser dispensável para a configuração do delito do art. 14 da Lei n. 10.826/2003 a realização de exame pericial para atestar a potencialidade lesiva da arma de fogo.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ARTIGO 14 DA LEI N. 10.826/03. DELITO DE PERIGO ABSTRATO. LAUDO PERICIAL. PRESCINDIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É pacífico, no âmbito desta Corte Superior, o

entendimento de que o tipo penal de porte ilegal de arma de fogo, previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, é delito de mera conduta ou de perigo abstrato.

2. Tratando-se de crime de perigo abstrato, é prescindível a realização de laudo pericial para atestar a potencialidade lesiva da arma apreendida e, por conseguinte, caracterizar o crime de porte ilegal de arma de fogo. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 616.526/GO, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 28/05/2015)

À vista do exposto, **denego este habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator